

CONGRESSO

Metroviários nos trilhos do futuro

Metrô público,
estatal e de qualidade.
Garantia de direitos
e conquistas.
Não à privatização!

Dias 27, 28, 29 e 30/04
Em Atibaia

Hotel Estância Lynce

Av. Engº Walter Engracia de Oliveira nº 229 Bairro Estância Lynce

INDICE

Apresentação.....	2
Tema 1 – Conjuntura Internacional	
América Latina se levanta.....	3
Ofensiva conservadora.....	3
Conjuntura Nacional	
Brasil: continuidade e mudança.....	4
Herança.....	4
Reversão Social e Econômica.....	5
Brasil: a mudança que se constrói.....	5
Conjuntura Estadual	
Os 12 anos do governo tucano.....	5
Tema 2 – O setor de Transporte na Nova Era	
Importância do transporte público.....	6
O metrô como solução.....	6
Os conflitos com as novas tecnologias.....	6
O Metropass e o Bilhete Único.....	6
Tema 3 – Movimento Sindical	
Perspectiva Socialista: uma questão de classe.....	7
Balanco da CUT.....	7
Cut na rua: quem trabalha é que tem razão.....	8
Balanco da Fenametro.....	8
Balanco CNTT – CUT.....	8
Tema 4 – Organização da Categoria	
Avaliação.....	9
Diretores de Base.....	9
Delegados Sindicais.....	9
Comissão Sindical de Base (CSB).....	9
Metrus: Conselhos Deliberativos, Fiscal e Comitê dos Planos de Saúde.....	9
Cipas.....	10
Tema 5 – Estrutura do Sindicato	
Finanças do Sindicato.....	10
Departamento Jurídico.....	10
Formação Sindical.....	10
Esporte, Cultura e Lazer.....	10
Saúde do Trabalhador Metroviário.....	11
Comunicação.....	11
Tema 6 – Políticas Sociais	
Política de gênero.....	11
Política de raça.....	11
Política de sexualidade.....	12
Terceirização.....	12
Aposentados.....	12
Processo Eleitoral do Sindical.....	12
Dia do Metroviário.....	12
Movimentos Sociais.....	12
Práticas Anti-sindicais.....	12

APRESENTAÇÃO

Nos trilhos do futuro

O 8º Congresso dos Metroviários de São Paulo vem à tona em um período determinante para o futuro do nosso país e de todos os seus trabalhadores. Sua realização antecederá nossa campanha salarial, em maio, e o 25º aniversário do Sindicato, em agosto. Mais à frente, participaremos da eleição presidencial, para governador do estado, senador, deputados federais e estaduais.

Estes motivos potencializam a importância do nosso próximo congresso, que ocorrerá entre 27 e 30 de abril. Trocando em miúdos, será o momento de avaliarmos nossos 25 anos de existência, nossas lutas, conquistas e pendências com a categoria. Elevar o nível de consciência dos metroviários para que possam empenhar seus esforços nos próximos períodos, já que os ataques da direção da Cia. e governo Alckmin contra os direitos e conquistas dos trabalhadores se tornaram uma constante.

A resistência metroviária deverá ser imposta à altura da ambição entreguista do Metrô e governo Alckmin, tão ansiosos pela imposição do estado mínimo na sociedade paulista. O processo de concessão da Linha 4 – Amarela à iniciativa privada e terceirização das bilheterias de recarga do Bilhete Único integrado são apenas exemplos do sucateamento de serviços públicos proposto por estes inimigos da soberania do povo trabalhador.

Neste sentido, o 8º Congresso dos Metroviários será fundamental para debater e analisar a conjuntura internacional e a resistência ao imperialismo, a conjuntura nacional e a luta para que o Brasil permaneça e aprofunde o caminho das mudanças, a situação em nosso Estado que mantém o modelo neoliberal e a participação da categoria na resistência e luta pela derrota deste modelo nas próximas eleições e o combate com determinação à lógica de ataque aos direitos implementados pela direção do Metrô.

A publicação deste texto base, aprovado pela maioria da diretoria do Sindicato, tem por objetivo permitir a participação de toda a categoria nos debates do 8º Congresso, que poderá se dar através de emendas e proposições, que todos os metroviários e metroviárias sindicalizados podem apresentar até o próximo dia 20 de março.

Fique atento para o Calendário das atividades do 8º Congresso

Entrega das emendas	07/03 a 20/03
Publicação das emendas	23/03
Eleição de delegados (as)	27/03 a 03/04
Publicação de delegados(as) eleitos(as)	05/04
Realização do Congresso	27,28,29 e 30/04

Orientações para apresentação de emendas

Os metroviários e metroviárias podem apresentar emendas ou novas proposições, obedecendo os seguintes critérios:

- **Emendas aditivas:** Propostas que objetivam acrescentar novos temas e parágrafos ao texto base. O(a) proponente deverá indicar em que parte do texto (nº do parágrafo) propõe o acréscimo.
- **Emendas substitutivas:** Propostas que objetivam substituir temas ou parágrafos do texto base. O(a)

proponente deverá indicar qual parte do texto (temas e números de parágrafos) propõe substituir.

- **Emendas supressivas:** Propostas que objetivam retirar (suprimir) temas ou parágrafos do texto base. O(a) proponente deverá indicar qual parte do texto (temas e números de parágrafos) propõe retirar.

Atenção: as proposições deverão ser encaminhadas, devidamente identificadas, através de arquivo eletrônico como disquetes, cds ou e-mail (sindimprensa@terra.com.br - com o assunto TESE 8º CONGRESSO). O texto deve ser feito em um editor de texto. Ex. Word, Office, etc.

TEMA 1

Conjuntura Internacional

América Latina se levanta

1. O vigoroso crescimento da resistência dos povos na América Latina à ofensiva imperialista dos EUA e à globalização neoliberal é o fenômeno mais marcante e promissor da conjuntura internacional. Os movimentos que desaguaram em eleições de líderes não alinhados à política de Washington em vários países sul-americanos continuam a ganhar fôlego. Baseados na força acumulada pelos movimentos sociais e partidos de esquerda e centro esquerda nas últimas décadas, vários países latino-americanos têm alçado ao poder plataformas mudancistas.
2. Ganha força na América Latina a idéia de integração regional e soberana em detrimento das intenções neocolonialistas estadunidenses. Talvez a maior expressão destes novos tempos tenha sido a interrupção da agenda de implementação da Área de Livre Comércio das Américas, após ativa defesa de seus interesses nacionais pelos países em desenvolvimento da região, em especial o Brasil, o que inviabilizou a entrada em vigor da ALCA já em janeiro de 2005. Em contraposição a ALCA, é impulsionado e revigorado o esforço pelo pleno funcionamento do MERCOSUL, como mecanismo de integração regional e a proposta da Aliança Bolivariana para as

Américas (ALBA). Passos concretos já foram dados no sentido da integração latino-americana, como fica atestado pelo acordo Brasil Venezuela da refinaria de petróleo em Pernambuco, na constituição da emissora TELESUR e nas tratativas para constituição de um banco latino americano de fomento, dentre outras iniciativas.

3. O fôlego do anseio por mudanças também fica demonstrado na recente eleição de Evo Morales na Bolívia, por maioria absoluta dos votos, sendo ele o primeiro presidente indígena deste país. Evo Morales despontou como principal líder das oposições nos levantes que resultaram na queda do então presidente Sanches de Lozada. Teve como principal mote de sua campanha a nacionalização dos recursos naturais bolivianos, em particular os hidrocarbonetos. Além disso, seus primeiros atos de governo demonstram o compromisso de integração aos demais países latino-americanos, em especial Cuba e Venezuela.
4. Temos ainda a ascensão de lideranças progressistas em países como o Uruguai de Tabaré Vasquez, líder da oposição contra os partidos tradicionais daquele país. Cabe destacar o aprofundamento da Revolução Bolivariana na Venezuela,

acontecimento mais relevante em resposta ao neoliberalismo, liderado por Hugo Chaves, que declara a intenção de conduzir o processo revolucionário em direção a uma nova experiência socialista, "o socialismo do século XXI". Também são positivas demonstrações como a bem sucedida renegociação das dívidas da Argentina de Néstor Kichner, que colocaram os interesses do país acima da grita dos mercados.

5. Enfim, tendo resistido ao desmonte perpetrado pela implementação das políticas neoliberais e com especial força na década de 90, os povos latino americanos vêm num processo de avanço da consciência política, apostando em alternativas contrárias aos ditames neoliberais e não alinhadas aos interesses norte-americanos. A América Latina se coloca como um eixo de resistência e demonstra que o imperialismo não é invencível.
6. No ano de 2005 tivemos demonstrações claras da incapacidade do sistema neoliberal em dar perspectivas aos povos. Mesmo em grandes potências econômicas as contradições afloram, como ficou evidente no caso da revolta dos jovens dos subúrbios parisienses na França, bem como no rotundo NÃO à proposta de Constituição neoliberal da União

Européia. Ou ainda no caso do furacão Katrina que pôs a nu a miséria, a exclusão e o descaso com a população pobre dentro da maior potência imperialista.

7. Frente ao unilateralismo, às ameaças imperialistas e à imposição do projeto neoliberal, o aumento da resistência dos povos se impõe como fato avissareiro. A resistência não se restringe à América Latina e vem se manifestando de diferentes maneiras no mundo. No Iraque e no Afeganistão ela ganha contornos insurrecionais. A resistência armada à ocupação iraquiana continua mesmo depois das eleições que levaram ao poder um governo títere dos norte-americanos naquele país e as vozes pela saída das tropas americanas aumentam em todo o mundo. Na Palestina, a luta contra a ocupação e os crimes praticados por Israel tende à radicalização, conforme sinaliza a recente vitória eleitoral do Hamas.
8. A resistência dos trabalhadores ao neoliberalismo cresce em todo o mundo. Os embates de classe estão espalhados por todos os continentes. Junto a toda essa resistência vem a defesa de uma nova ordem societária. A partir dos interesses dos trabalhadores é possível lutar e construir uma sociedade mais justa, o socialismo.

Ofensiva conservadora

9. Todavia, é ainda poderosa e avassaladora a ofensiva conservadora em todo o mundo. Os Estados Unidos da América, superpotência hegemônica, e seus aliados utilizam-se de todos os mecanismos de pressão e agressão para fazer valer seus interesses às demais nações. O unilateralismo norte americano, exercido com voracidade desde o fim da União Soviética, ganhou novo impulso a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.
10. Escondidos sob o falso manto de "combatentes do terrorismo" ou ainda de "defensores da democracia", os EUA justificam o desrespeito por organismos

internacionais como a ONU, as guerras, as invasões, as torturas, os assassinatos em massa, as prisões arbitrárias e todo o tipo de desrespeito às liberdades individuais. Chegaram mesmo ao acinte de constituir uma lista de Estados e organizações que acusam de "terroristas" ou de "colaboradores de terroristas", aos quais se outorgam o direito de invadir ou aplicar sanções. As políticas de "Guerra preventiva" e "Guerra infinita", preconizadas pela "Doutrina Bush", são espadas sob a cabeça dos povos que almejam desenvolvimento, independência, soberania e paz. A luta pela paz é hoje uma das principais bandeiras dos trabalhadores.

11. Ao mesmo tempo em que os EUA invadiram e comandam a ocupação do Iraque e Afeganistão, colocando sob seu domínio importantes reservas petrolíferas, expandem sua presença militar para outras regiões do mundo, como demonstram a recente iniciativa de constituição de base militar no Paraguai e o já conhecido "Plano Colômbia", entre outras iniciativas.
12. Os Estados Unidos também temem o ascenso da China. O crescimento deste país se verifica nos planos político, econômico e militar. A ascensão da China vai se configurando num contraponto importante ao unilateralismo dos EUA e

ao imperialismo, favorecendo objetiva e subjetivamente a luta dos povos pela soberania e efetiva independência econômica, assim como as perspectivas da revolução bolivariana e a resistência heróica e já histórica de Cuba socialista.

13. A globalização neoliberal mostra-se cada vez mais excludente, concentradora de riquezas e incapaz de prover desenvolvimento equânime das nações e trazer benefícios aos povos. A investida do capital sobre o trabalho é brutal, sendo marcante a crescente hipertrofia do capital financeiro, que tende a sufocar e em certos aspectos já está sufocando o processo produtivo.

Conjuntura Nacional

Brasil: continuidade e mudança

14. A eleição de Lula, em 2002, além de representar a particularidade brasileira dos movimentos latino-americanos de resistência se constitui num marco histórico na vida política nacional. Pode-se dizer que o movimento que reuniu amplas forças políticas em torno da candidatura vitoriosa de Lula foi o coroamento de décadas de lutas e de resistência que passaram pela contestação ao regime militar, pela luta por eleições diretas, pela constituição da Frente Brasil Popular, reunindo PT, PSB e PCdoB nas eleições de 1989, pelas jornadas que resultaram no impedimento de Fernando Collor de Mello e, finalmente, na tenaz resistência aos anos de aprofundamento do projeto neoliberal levado a cabo por Fernando Henrique Cardoso. A sólida base social e política constituída ao longo destas batalhas foi o alicerce da candidatura Lula em 2002, tendo ainda agregado parcelas da burguesia descontentes com os rumos do país.
15. A tensão entre continuidade do modelo anterior e mudança se faz sentir com força no interior do governo, cujo caráter contraditório pode ser notado na linha ortodoxa dos posicionamentos teóricos e práticos das equipes que ocupam o Ministério da Fazenda e o Banco Central, em contraposição às orientações e idéias prevalentes em outras áreas como a Casa Civil, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Itamaraty e no Ministério da Ciência e Tecnologia.
16. Cabe notar ainda que Lula venceu as eleições presidenciais, porém não fez maioria parlamentar nem conseguiu a vitória de governadores aliados nos principais estados da Federação, o que trouxe imediatamente o problema na formação da base de apoio e garantia de governabilidade.
17. O desenrolar destes primeiros três anos de mandato puderam demonstrar as limitações e as possibilidades de avanço contidas num governo com estas características. Demonstrou-se que o governo Lula não reuniu convicção, forças e nem condições políticas para implementar um novo projeto de desenvolvimento que avançasse para a superação do neoliberalismo. Por outro lado, o governo é de resistência ao projeto neoliberal e, como tal, teve conquistas parciais importantes como estancar a sanha privatista que avançou particularmente nos governos tucanos, a inviabilização das negociações da ALCA, a reorientação do BNDES como mecanismo de fomento e incentivo à economia nacional, além da orientação progressista da política externa de maneira a estreitar as relações com países em desenvolvimento, com atenção especial ao fortalecimento do MERCOSUL e integração latino americana.
18. Cabe destacar que as forças neoliberais, em que pese terem perdido a presidência da República em 2002, nunca estiveram feridas de morte. Ao contrário, no presente momento, estão rearticuladas e na ofensiva política. Tentam pavimentar seu caminho de volta ao centro do poder, utilizando-se politicamente da crise em curso. O vendaval político iniciado com as denúncias de corrupção já se prolonga por meses e tem como pano de fundo a disputa eleitoral que se avizinha. O fato é que, a partir de erros cometidos, ou supostamente cometidos, pelo governo ou por sua principal força dirigente, muitos deles ainda não comprovados, a oposição conservadora encontrou uma brecha para fustigar o governo e as forças de esquerda, buscando desmoralizá-los e voltar ao poder.
19. Frente a esta ameaça, as forças políticas progressistas e movimentos sociais buscaram resistir à investida conservadora, agindo em duas frentes: fazendo gestões para rearticular a base aliada, em especial o núcleo de esquerda da base governista; e realizando mobilizações do movimento social pela apuração das denúncias e contra a desestabilização do governo.
20. A compreensão fundamental é que a rearticulação dos setores neoliberais e a volta dessas forças ao centro do poder serve ao intento de sepultar a possibilidade da criação de um novo projeto de desenvolvimento, que abra caminho para a superação do neoliberalismo.
21. No Brasil para superar o neoliberalismo e construir um rumo novo é necessário um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. É tarefa urgente reconstruir o Estado Nacional. É este, sob a direção das forças progressistas e dos trabalhadores, poderá ter um papel destacado no desenvolvimento nacional. Para este novo projeto um redirecionamento da política econômica terá de ser feito.
22. A luta pela superação plena do neoliberalismo assume uma dimensão anticapitalista e antiimperialista. Essa luta hoje no Brasil passa pelas seguintes iniciativas:
- Repactuação política e programática das forças que compõem o atual governo com vistas às eleições de 2006, estabelecendo metas de crescimento, de emprego e valorização do trabalho;
 - Recomposição das forças de centro esquerda, tendo os partidos de esquerda como núcleo; apoio com independência ao candidato representativo destas forças políticas;
 - Vigorosa luta de idéias - para o novo projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho - entre os trabalhadores e na sociedade;
 - Constantes e vigorosas mobilizações sociais, tendo os trabalhadores como protagonistas, para a consecução das mudanças.
23. As bases para um projeto nacional de desenvolvimento devem levar em conta, dentre outros elementos, a centralidade da ampliação do mercado interno e a importância da valorização crescente do salário mínimo como política de Estado de distribuição de renda e forma de dinamizar a economia.
24. O desenvolvimento do mercado interno é fundamental para um crescimento sustentado: o Brasil tem um potencial gigantesco, ainda a ser explorado, de expansão de seu mercado caseiro. São grandes contingentes da população sem acesso à renda e, portanto, ao consumo. Deve-se elevar substancialmente o nível de emprego, já que o desempenho do PIB depende em grande parte da mão de obra ocupada. É importante levar em consideração e retomar com força o debate acerca da Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários como elemento para impulsionar os índices de emprego, combate ao emprego informal, além de lutar pela reversão da precarização do trabalho e da flexibilização de direitos. Da mesma forma, é imprescindível o investimento na educação dos trabalhadores. Para isso, contribuiria sobremaneira que, vinculado à Redução da Jornada, fossem estipuladas metas de elevação de escolaridade, destinando-se parcelas das horas remuneradas e não trabalhadas ao estudo.
25. Aliado a tais medidas, é necessário ainda a execução de uma ampla Reforma Agrária, valorizando o trabalhador rural e aumentando o emprego no campo; uma Reforma Urbana que privilegie a construção de moradias populares, a integração dos sem tetos nos grandes centros urbanos, o que além de buscar sanar o déficit habitacional, também geraria inúmeros postos de trabalho. Deve também valorizar os serviços e o funcionalismo público. É imprescindível a qualquer projeto soberano de nação a universalização de serviços públicos, gratuitos e de qualidade em áreas como Educação e Saúde.
26. É também importante a busca pela integração latino-americana como elemento indispensável ao desenvolvimento dos países do nosso continente e na consolidação de um bloco de poder contra-hegemônico. A integração não deve se resumir ao plano dos governos, mas deve contar com grande esforço dos movimentos sociais, dos trabalhadores em particular, pela confluência de suas lutas e de seus interesses. O ascenso de movimentos de resistência e de governos progressistas na América Latina vem demonstrando que as lutas sociais e patrióticas se relacionam, tendo como centro a necessidade de superação da hegemonia neoliberal.
27. Neste rumo, o movimento sindical pode e deve jogar um papel maior de protagonista e será preciso trabalhar pela unidade e fortalecimento dos Movimentos Sociais - através da CMS e tendo por base uma plataforma eleitoral mudancista orientada para um novo projeto nacional de desenvolvimento, com soberania e valorização do trabalho, voltado ao mesmo tempo para a integração solidária da América Latina. De tal plataforma deve constar:
- luta pela mudança da política econômica, pleno emprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, política permanente de valorização do salário mínimo, universalização dos serviços públicos, elevação do nível de escolaridade da classe trabalhadora, reversão do processo de flexibilização, informalização e precarização do mercado de trabalho, fim das terceirizações e cooperativismos, manutenção e ampliação dos direitos sociais, reforma agrária, reforma sindical democrática, repúdio a ALCA, defesa da Paz Mundial, solidariedade a Cuba, à revolução bolivariana, aos povos do Iraque, da Palestina, do Afeganistão, assim como a todos os povos e nações que são hoje vítimas das agressões imperialistas e do unilateralismo estadunidense.

Herança

28. O governo Lula assumiu em meio a um cenário de incertezas, com uma proposta de mudança frente à herança recebida de dez anos de queda na taxa de investimento público e privado, desequilíbrio das contas externas, elevadas taxas reais de juros, enorme endividamento público em termos de proporção do PIB, taxas inexpressivas de crescimento econômico, altos níveis de desemprego e estagnação dos péssimos indicadores de distribuição de renda. Vale lembrar que no final de 2002 o Dólar batia na casa de R\$ 3,80, e o risco país atingia seu ponto mais alto.
29. Quando Lula assumiu o poder os indicadores econômicos eram catastróficos, e agora no começo do ano, já podemos ter uma boa idéia de como terminará a economia brasileira no final do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e compará-lo com o que recebeu de FHC, como se vê na tabela ao lado.
30. A comparação dos 14 itens mostra que houve um avanço substancial nas condições econômicas do País. A única exceção refere-se ao juro nominal médio (Selic), que foi o mesmo em 2002 e 2004. O juro real (isto é, que leva em conta a expectativa de inflação dos próximos 12 meses) não aumentou porque a expectativa de inflação dos próximos 12 meses era de 5,1% em julho de 2002 e de 4,9% em julho de 2005.
31. Estes números demonstram claramente que as mudanças não traduziram um rompimento com as políticas macroeconômicas do governo anterior, no entanto, foram possíveis a reversão do quadro e uma importante alteração de rumo na economia nacional.

Desempenho do Governo Lula.

Ano.....	2002.....	2005.....
1. Crescimento real do PIB.....	1,9%.....	3,2%.....
2. Taxa de inflação.....	12,5%.....	4,9%.....
3. Taxa de desemprego.....	11,7%.....	9,4%.....
4. Taxa de juros média no ano (selic).....	19,2%.....	19,2%.....
5. Exportações (US\$ bilhões).....	60,4.....	115,3.....
6. Importações (US\$ bilhões).....	47,2.....	74,5.....
7. Transações correntes/PIB.....	-1,7%.....	1,3%.....
8. Déficit nominal/PIB.....	10,3%.....	2,3%.....
9. Superávit primário/PIB.....	3,9%.....	5,0%.....
10. Dívida líquida/PIB.....	55,5%.....	52,0%.....
11. Dívida externa/Exportação.....	3,5.....	1,7.....
12. Reservas internacionais liq. (US\$ bilhões).....	16,3.....	53,0.....
13. Dívida externa/PIB.....	46,0%.....	33,0%.....
14. Crédito setor privado/PIB.....	23,1%.....	31,0%.....

Reversão Social e Econômica

32. É necessária a mudança na política macroeconômica para que o país possa crescer e se desenvolver, criando as condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável. As políticas sociais de distribuição de renda jogaram papel importante na recuperação da renda nacional, mas não é o que vai desenvolver o país. Destruir o Brasil e investir em infraestrutura irá potencializar a atual política de distribuição de renda.

33. Com relação à reconstrução do Estado, são positivas as medidas de abertura de concursos públicos e estabelecimento de negociação nacional com os servidores públicos. Entretanto, o país ainda está longe de um quadro otimista nesta área. No Brasil, os trabalhadores públicos representam somente 1% da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto na Argentina e 2,5%, na Bolívia 5,5%, nos EUA 2,0%, na França 8,6% e na Espanha 4,7% ().

Este quadro mostra claramente os obstáculos para que se implemente uma intervenção eficiente do Estado.

34. Em relação ao mercado de trabalho, merece registro a geração de empregos formais. De uma média mensal de 63.535 mil postos de trabalhos gerados com carteira assinada em 2002 passou-se para 152.687 mil em 2005, totalizando um montante de 3,7 milhões nos três anos de governo. Em seus 32 primeiros meses o governo Lula criou 324% mais empregos formais que FHC em 8 anos. As taxas de desemprego aberto recuaram em tomo de 2%, entre 2003 e 2005, na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas, com exceção de Recife que manteve o mesmo patamar (13,8%).

35. O tema do salário mínimo, isto é, o da necessidade da construção de uma política de valorização do piso nacional, voltou à baila neste governo. Após dois reajustes tímidos do salário

mínimo (em 2003 e 2004), o piso teve um aumento real de 8,23% em 2005, e em 2006 o reajuste foi de 16,7%, com aumento real de 12,07%. Os reajustes reais do salário mínimo juntamente com a redução dos preços da cesta básica fizeram com que praticamente em todas as capitais pesquisadas houvesse uma redução do comprometimento do salário mínimo na compra da referida cesta. E o governo montou uma Comissão Quadripartite para o estabelecimento de uma política de valorização de longo prazo, na qual estão presentes os representantes do governo, Centrais Sindicais, empresariado e aposentados. É importante observar que pela primeira vez em nossa história o movimento sindical assinou um protocolo de intenções com o governo num programa de recuperação do Salário Mínimo.

36. O governo aumentou os recursos destinados à transferência de renda

em R\$ 13,1 bilhões e já estão garantidos no orçamento de 2006, enviado ao Congresso Nacional, 8,3 bilhões de reais para o atendimento de 11 milhões de famílias. No programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, foram destinados R\$ 6,1 bilhões de reais no biênio 2004/2005, uma expansão de 154% em relação aos R\$ 2,2 bilhões aplicados no biênio 2002/2003. Para safra de 2005/2006, a dotação prevista no orçamento é de R\$ 9 bilhões.

37. O bolsa-família é outro programa cujos indicadores mostram um avanço considerável, apesar das suas limitações. O valor transferido passou de R\$ 3,4 bilhões em 2003 para R\$ 6,5 bilhões em 2005; e o número de famílias atendidas passou de 3,6 milhões em 2003 para 7,3 milhões até julho de 2005 (sendo que a meta para o ano de 2005 é de 8,7 milhões de famílias).

Brasil: a mudança que se constrói

38. A disputa de projetos de nação existente na sociedade não deve se encerrar com as próximas eleições presidenciais. Ao contrário, em que pese o resultado eleitoral ser um momento determinante para

o próximo período, a luta pela construção de um projeto nacional de desenvolvimento tende a continuar por longo tempo.

39. É necessário que este debate ganhe musculatura e gere iniciativas práticas.

O movimento sindical deve se organizar em tomo de um programa concreto a ser defendido. Devemos ser os porta-vozes dos interesses dos trabalhadores no embate com os capitalistas, sendo protagonistas na luta política.

40. A construção de um projeto de desenvolvimento nacional soberano, integrador da América Latina, que tenha como centro a valorização do trabalho e a distribuição de renda continua na ordem do dia.

Conjuntura Estadual

Os 12 anos do governo tucano

41. Com 12 anos na condução do governo estadual, o PSDB segue as mesmas características do governo FHC, que em seus oito anos, aumentou a dívida pública de 62 bilhões pra 623 bilhões de reais, e que vendeu 76 bilhões de dólares de patrimônio público. E após 2002, com um mandato a mais, segue a extensão do projeto no desmonte do estado, agora nos serviços de água, abastecimento e transportes.

42. É necessário destacar que o ICMS, principal receita própria do Estado, crescerá menos do que a Receita Total - cerca de 12,20% - enquanto as Transferências do Governo Federal para o Estado de São Paulo subirão 21,49%.

43. Deste modo, apesar do Governo Alckmin alardear a falta de repasses do Governo Central, o que se observa é uma previsão - da própria Secretaria de Planejamento do Estado - de crescimento dos Recursos Federais em ritmo superior ao crescimento dos Recursos Estaduais.

44. A conseqüência disso é que o Estado de São Paulo, que representa um terço do PIB nacional e metade das exportações brasileiras, participava de 51% da indústria brasileira. Hoje essa participação caiu para 45%.

45. Esse é o retrato do governo Alckmin e das políticas defendidas pelo tucanato.

46. Na segurança pública, por ano, são registrados 9 mil homicídios e cerca de 180 mil roubos de

veículos no Estado. E, o Estado mais rico da Federação paga o 25º pior salário para a Polícia Civil.

47. Na saúde, uma representação no Ministério Público questiona o não cumprimento da legislação federal que estipula um gasto de 12% dos recursos, que demonstra uma política de desvalorização do SUS, retomando o projeto PAS de Pitta e Maluf.

48. E na educação, o governador encaminhou um projeto de lei à Assembléia Legislativa propondo como solução para educação a demissão sumária de 128 mil professores temporários. Temporários, porque nesse período todo o Estado não realizou concurso público para oficializar o quadro de educadores.

49. Na Febem, que consome mais de R\$ 500 milhões por ano, sua política tem se mostrado cada vez mais ineficaz. Apesar dos esforços junto à mídia, não conseguiu dar uma resposta satisfatória à sociedade, e de forma arbitrária e ilegal, manteve a demissão de quase todos os trabalhadores, numa clara perseguição ao sindicato.

50. As manobras realizadas nos orçamentos, quando subestimam as receitas para terem liberdade de aplicação de recursos excedentes, o crescimento da renúncia fiscal e o alto grau de endividamento do Estado têm prejudicado em muito os investimentos necessários, levando o Estado de São Paulo a um crescimento abaixo da média

do País nos últimos anos. Isso, na segunda maior receita, abaixo somente do governo Federal.

51. E, com todo esse currículo, tramitam há 3 anos na Assembléia Legislativa de São Paulo 65 pedidos de CPLs. Todas com as assinaturas necessárias para funcionar: 33 dos 94 deputados estaduais que compõem a Assembléia. Mas todas elas têm sido obstruídas sistematicamente pela base que apóia o governador Geraldo Alckmin.

52. No Metrô a postura não tem sido diferente. Contando com bons recursos para investimentos, procuram uma nova forma de gestão na empresa, visando adequá-las à sua concepção de mercado.

53. As dificuldades que o sindicato tem encontrado nas negociações não estão de forma alguma deslocadas desse cenário. Os diversos ataques à organização do trabalho demonstram claramente os objetivos desta gestão. Na organização do trabalho, estamos falando de jornada, escala, salário, plano de carreira, adicionais, passivos e saúde e segurança no trabalho.

54. Para finalizar, vale uma nota sobre o plano de carreira do Estado:

55. Por trás da propaganda oficial que tenta vender "austeridade, responsabilidade e trabalho", o governador de São Paulo e presidenciável declarado Geraldo Alckmin já entrou no clima de

fim de governo com um aumento de 16,75% no próprio salário, que passou de R\$ 12.720 para R\$ 14.800 desde o último mês de janeiro.

56. Mas, de olho no apoio de correligionários para a disputa interna dos tucanos, o governador quis deixar ainda mais satisfeitos também os diretores e conselheiros das empresas estatais, com percentuais até mais elevados.

57. Como se não bastassem os aumentos excessivos aos diretores, o Codec considerou também "oportuna a extensão aos membros de Conselho de Administração" do bônus anual e abocanhou sua parte nos 10% dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos ao acionistas, com limite de seis remunerações.

58. Enquanto isso não há recursos para o nosso plano de carreira!

59. A blindagem desse governo pela imprensa e o alto grau de repressão aos trabalhadores vem dificultando concretamente uma resposta mais eficaz.

60. As ações do sindicato dos metroviários nesse período são de fundamental importância para resgatar o Metrô à sociedade como uma empresa pública e estatal, e manter sua aceitação pelos usuários como a de melhor serviço prestado. Esse reconhecimento se deve muito mais aos esforços que os metroviários têm realizado ao longo destes anos, do que às diretrizes adotadas pelos tucanos.

O setor de Transporte na Nova Era

Importância do transporte público

61. O transporte público é um serviço essencial e indispensável nas cidades, cumprindo um papel social e econômico de grande importância. São vários os aspectos que podem ser ressaltados nesse sentido. Vale

destacar que o transporte coletivo democratiza a mobilidade ao facilitar a locomoção da esmagadora maioria das pessoas que não possuem automóveis ou não podem dirigir, socializa os espaços públicos, alivia os congestionamentos, reduz o

uso indiscriminado de energia não renovável, diminui drasticamente os gastos públicos na área da saúde, com a redução de acidentes e de doenças causadas pelo trânsito e pela poluição, racionaliza a necessidade de construção e manutenção de vias

e a destinação de áreas nobres, nos grandes centros, para a construção de estacionamentos, permitindo a alocação de recursos em setores de maior relevância social e uma utilização racional e humana do espaço urbano.

O metrô como solução

62. Neste contexto, os transportes de massa ganham destaque, especialmente os sistemas metroviários e ferroviários, por terem papel estruturador na integração com outros modais, merecendo atenção especial dos poderes públicos. Em todo o mundo os sistemas de transportes públicos se valem dos mecanismos de investimentos estatais para garantir justiça social e a mobilidade pública com decência e respeito aos direitos dos cidadãos, e no Brasil não deveria ser diferente.

63. Mas o atual governo do Estado de São Paulo, a partir da eleição de Mário Covas, adotou os preceitos do Estado mínimo transferindo, ou melhor, entregando a gestão dos serviços públicos, principalmente aqueles em que a iniciativa privada tem maiores oportunidades de grandes lucros, deixando a sociedade à mercê da auto-regulamentação do mercado. Na última década tem sido marcante a retração dos investimentos para expansão da rede metroviária em São Paulo.

64. A construção pela CPTM da Linha 5 - Lilás, com objetivos eleitoreiros, a toque de caixa, para ser explorada nas eleições de outubro de 2002, para reeleição de Alckmin, sem que o gerenciamento do projeto e execução das obras passasse pelos quadros técnicos da Cia. do Metrô, tem

repercussões até hoje na qualidade da operação e manutenção, com recorrentes problemas de instabilidade do sistema, impactando negativamente na prestação de um serviço de transporte público, que deveria ter qualidade, segurança e eficiência, para uma população tão carente. Isso frustrou muito a expectativa de um transporte efetivamente transformador da região sul do município.

65. Até 1994 o Estado subsidiava 30% das receitas. A orientação neoliberal do PSDB no governo do estado retirou em 3 anos este subsídio, extinguindo os investimentos de recursos públicos injetados na empresa. Tal conversão aos princípios do mercado acarretou profundas modificações, tanto nas relações com os usuários, como no cotidiano e na carreira dos metroviários.

66. Internamente, a empresa adota uma política agressiva de retirada de direitos e conquistas; ataques às organizações da categoria através de perseguições a dirigentes sindicais; tentativa de desmonte das CIPAs; modificação unilateral das jornadas de trabalho; elaboração e manipulação de concursos internos e externos, suprimindo direitos e conquistas; utilização, em 2001, do TST para retirar conquistas históricas como, a redução do pagamento na hora extra, recuperados na campanha salarial de

2003, e o fim do adicional por tempo de serviço para os trabalhadores que ingressaram na empresa a partir daquela data (tema que deverá ser objeto principal de reconquista neste ano), e ausência de um plano de carreira que promova uma regulação funcional para toda a categoria

67. Não contente com o desmonte já promovido no metrô, o Governo Alckmin tenta alucinadamente, em fim de mandato, passar para a iniciativa privada a Linha 4 - Amarela, de Luz até Vila Sônia, com possibilidade de extensão até Taboão da Serra, com investimentos superiores a 73% do total do empreendimento. Utiliza-se para isso das famigeradas leis estadual e federal das PPPs. Este ato representa para a sociedade um risco enorme de precarização do transporte metroviário, e a transferência de vultuosos recursos ao parceiro privado, configurando-se um dos maiores ralos do dinheiro público que se tem notícia.

68. Para os trabalhadores, esta tentativa significa o extermínio de uma categoria tal como a conhecemos hoje, pois serão retirados recursos do Metrô, hoje utilizados para custeio de folha de pagamento, manutenção e modernização tecnológica, para cobrir os custos do operador privado, impactando diretamente na prestação de serviço nas linhas estatais, levando ao usuário a falsa impressão de que

o estado é ineficiente e o privado, que contará com dinheiro, uma linha recém inaugurada, tecnologia de última geração e todas as bajulações da mídia, como eficiente e mais barato.

69. A campanha contra a concessão da Linha 4 - Amarela precisa de uma ação articulada com outros setores sociais para garantir que o modelo proposto possa ser modificado e que nenhum recurso público seja utilizado para financiar o "parceiro privado", pois esse modelo já foi utilizado na privatização das ferrovias, do setor elétrico e das telecomunicações e se mostrou altamente prejudicial aos cofres públicos e aos interesses da população. A privatização/concessão da Linha 4 - Amarela, além de ser uma negociata, vai significar mais ataques do Metrô para acelerar a política de sucateamento da empresa e não respeitar os direitos dos trabalhadores. Os delegados do 8º Congresso dos Metroviários repudiam a privatização/concessão da Linha 4 - Amarela e aprovam a campanha publicitária, com o objetivo de atingir toda a sociedade, principalmente os usuários e trabalhadores em geral, esclarecendo que, assim como nas demais privatizações, quem acaba por pagar a conta somos nós. A palavra de ordem tem que ser: "Diga não à privatização do Metrô".

Os conflitos com as novas tecnologias

70. O metrô de São Paulo nasceu sobre os holofotes de um sistema que incorporava a mais avançada tecnologia em transporte de alta capacidade, que se deslocava em alta velocidade por baixo da terra, podendo ser operado automaticamente. Nas

estações, funcionários em grande número atendiam milhares de usuários, ansiosos em se locomover num sistema desconhecido, com segurança e rapidez.

71. Nós introduzimos toda esta tecnologia no cotidiano dos paulistanos, era a modernização

transportando melhor, com mais segurança, mais rapidez, criando milhares empregos, com profissionais altamente capacitados. Por isto não temos medo da evolução tecnológica, fomos forçados neste mudo cibernético. O que não podemos admitir é que a

lógica neoliberal do governo tucano de Alckmin introduza novas tecnologias, com o objetivo de eliminar postos de trabalho, atacar direitos e transferir dinheiro público para empresas privadas operarem mal o nosso sistema.

O Metropass e o Bilhete Único

72. Na tentativa de implantação do Metropass, a intenção do governo era privatizar a arrecadação do Metrô da CPTM e da EMTU, visando demitir trabalhadores destas empresas, passando ao setor privado a mamata de administrar os recursos referentes ao sistema metro-ferroviário e de transporte intermunicipal sobre pneus.

73. Conseguimos barrar esta sandice, com mobilização dos trabalhadores e ações judiciais e parlamentares.

74. Após uma reformulação completa no sistema de transporte de ônibus, a implantação do Bilhete Único na cidade de São Paulo, pela administração da prefeita Marta Suplicy, permitiu que o paulistano usuário do sistema de ônibus pudesse se deslocar nos ônibus da cidade por duas horas, sem limite de viagens. Este modelo foi amplamente aprovado pela população, deixando os

que apostavam no caos sem argumento para criticar o transporte público no município de São Paulo.

75. Logo, a população começou a cobrar a integração do Bilhete Único com o Metrô e a CPTM, mas as disputas políticas entre prefeitura e estado inviabilizaram qualquer possibilidade. Na campanha eleitoral de 2004, esta bandeira foi abraçada pelos candidatos ao executivo como principal meta de seus governos, caso fossem eleitos. O então candidato Serra, valendo-se da condição do estado de São Paulo estar sendo governado pelo PSDB, seu partido, conseguiu o compromisso do governador para implantar a integração, nos moldes que existia na prefeitura, assim que assumisse. Não cumpriu sua promessa, e após a pressão popular, tentou implantar sem agregar ao sistema nenhum benefício

aos paulistanos.

76. Porém, com as proximidades das eleições presidenciais e sendo candidatos a candidato à presidência da república, de uma hora para a outra, implantaram o Bilhete Único no Metrô, com substancial redução das tarifas, para quem utiliza a integração.

77. Os metroviários são a favor de toda iniciativa que traga benefício, conforto e comodidade para o usuário, mas não pode concordar com a intenção do governo e do Metrô de custear a redução das tarifas integradas à custas da eliminação de postos de trabalho de metroviários, pois junto com a implantação do Bilhete Único, vem a intenção de terceirizar a venda e recarga dos cartões dentro das estações do Metrô e CPTM, num movimento que tem como pano de fundo a retomada do modelo já soterrado do

Metropass, entregando todo o sistema de arrecadação para empresas privadas.

78. Exigimos que esta atividade seja executada por metroviários e funcionários da CPTM que fazem este trabalho e que se abra concurso público para contratação de mais funcionários para atender a demanda que hoje já é grande e que deverá aumentar mais ainda com a implantação do cartão em todas as estações.

79. A implantação de novas tecnologias sob a lógica do modelo neoliberal, que desemprega e precariza as condições de trabalho, serão combatidas pelos metroviários, que defendem que estes equipamentos e dispositivos devem contribuir para uma política de redução de jornada de trabalho, sem redução de salário e com ampliação de direitos e conquistas.

Movimento Sindical

Perspectiva Socialista: uma questão de classe

80. Os impactos da globalização neoliberal não se fazem sentir apenas no desastre social em que está imersa grande parte da população do globo. Há também um impacto subjetivo importante, advindo da avalanche de idéias revestidas de progressistas, mas que na verdade tem o claro propósito de debilitar as organizações populares. O movimento sindical, como outros movimentos e forças progressistas, vive, portanto, fase de defensiva, ainda num processo de acúmulo de forças para responder plenamente aos ataques que lhe são impostos.

81. Há correntes de pensamento que, aproveitando deste momento, apregoam a pulverização dos movimentos sociais em variadíssimas lutas específicas, não tendo entre elas um ponto em comum que catalise politicamente para a transformação social as potencialidades de cada movimento. De modo geral, tais ideais também preconizam que o trabalho perdeu sua centralidade e, por conseguinte, não seriam mais os trabalhadores a força motriz das grandes transformações históricas. Essa concepção falsa, que nega a luta de classes e o papel social do trabalho, tem de ser combatida e desmascarada, através da demonstração de que ainda hoje o trabalho é que gera a riqueza e, portanto, é fundamental à humanidade.

82. É na contra-corrente deste pensamento que deve se engajar o sindicalismo combativo, fazendo a ligação das reivindicações imediatas dos trabalhadores com a necessidade de combater o sistema que os explora. A

justa combinação das lutas específicas com as questões gerais é o que mantém o sindicato em sintonia com sua base social e, ao mesmo tempo, leva o trabalhador a exercer seu papel político.

83. Para ser conseqüente com o seu papel histórico, os trabalhadores e suas organizações não podem perder a perspectiva antiimperialista e revolucionária. As lutas econômicas, travadas através dos sindicatos e centrais sindicais, devem apontar a superação do sistema capitalista, agora em sua fase neoliberal, como o objetivo mais avançado da classe. É necessário que a construção do Socialismo, com feições modernas, sem dogmas e de acordo com as necessidades de um futuro digno para os povos, esteja no horizonte da luta dos trabalhadores e de suas organizações. É, sem dúvida, um grande desafio para o movimento sindical classista, combativo e vigoroso.

84. Se considerarmos que o país vem de quase duas décadas de semi-estagnação econômica (na década de 80 o crescimento médio foi de 3%, e a média dos anos entre 1990 e 2002 foi de pífios 2%), mostra-se errática a tese da "falência" dos sindicatos. Períodos de crise econômica afetam negativamente entidades sindicais, porque além de o percentual de trabalhadores desempregados aumentar, também são difíceis maiores conquistas, afetando seu poder de mobilização. É significativo, nesta conjuntura, o fato de o país ter um movimento sindical potencialmente forte e presente em amplos setores da economia nacional. Para isso, propomos:

- Destacar a importância e a urgência da ampliação das taxas atuais de sindicalização. Aumentar o número de trabalhadores filiados a suas entidades deve ser, antes de tudo, um compromisso político e ideológico dos dirigentes.

85. Políticos, porque quanto mais trabalhadores associados um sindicato tem, mais legitimidade e força tem ele para encampar as lutas de sua categoria. Ideológico, porque a razão de ser do sindicato é forjar a unidade dos trabalhadores para o enfrentamento das lutas de classes. É equivocada a concepção dos que vêem no sindicalismo apenas o espaço para vazão das lutas corporativas. O mais importante é que a mobilização dos trabalhadores por conquistas, ainda que pontuais, desperta a consciência política e, com isso, a consciência de classe para si. Logo, a luta dos trabalhadores se reveste de caráter anticapitalista e tem sentido transformador.

- Renovar os laços de solidariedade e unidade entre os trabalhadores: abrir mecanismos de participação para os enormes contingentes de trabalhadores informais e desempregados, que devem ter nos sindicatos uma forma de representação.

- Deslocar o eixo principal de atuação dos sindicatos para os locais de trabalho. É lá que a concepção de um sindicalismo combativo e classista tem leito privilegiado para sua propagação, já que é onde se dá de maneira mais direta o embate entre capital e trabalho. Portanto, as direções sindicais

devem apostar na organização no local de trabalho, como elemento de fundamental importância à mobilização e ao aumento substantivo dos índices de trabalhadores sindicalizados.

- Renovar práticas e métodos de direção, desde a Central até os sindicatos de base. É preciso lutar cotidianamente contra a burocratização das entidades sindicais. Por isso, faz-se necessário maior participação das bases, maior horizontalização dos mecanismos de tomada de decisão e a prática de uma maior renovação de direções sindicais, o que faz necessário investir na formação político-ideológica dos ativistas sindicais.

86. Podemos chegar à conclusão de que o movimento sindical não contribuiu como deveria para enfrentar os desafios do último período por razões subjetivas (orientação política das direções e nível de consciência política dos trabalhadores) e objetivas (desemprego crônico e a reestruturação produtiva). Uma nova perspectiva, através de um sindicalismo anticapitalista e unitário, é o caminho para o movimento sindical defender melhor os interesses da classe trabalhadora no Brasil, como em todo o mundo.

87. O movimento sindical não se colocou à altura dos desafios postos pela dinâmica da luta de classes após a eleição de Lula. O fato dos trabalhadores não se mobilizarem em movimentos mais ativos em defesa da valorização do trabalho deve ser atribuído em maior grau à desarticulação e orientação equivocada dos núcleos dirigentes da estrutura sindical.

Balanco da CUT

88. A CUT, desde sua fundação em 1983, já passou por várias fases na sua elaboração estratégica - desde a visão de um sindicalismo de massas e combativo, identificado com o socialismo, até a proposta mais recente de um "sindicalismo cidadão".

89. Essas contradições presentes na atuação estratégica da CUT não tiram, porém, a dimensão histórica da eleição de um dos fundadores da Central, Luiz Inácio Lula da Silva, ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. No 7º Congresso dos metroviários a resolução apontou como correto o apoio da Central, já no primeiro turno das eleições de 2002, para que tal vitória se concretizasse.

90. A avaliação sobre a vitória de Lula permanece atual, cabendo observar que a Central nem sempre soube preservar sua autonomia na defesa dos anseios dos trabalhadores. Por viver uma realidade política nova, a Central nem sempre soube tratar corretamente o princípio da autonomia sindical, limitando-se muitas vezes ao diálogo com o governo e subestimando o papel da mobilização.

91. Ao longo do mandato foi procurando corrigir estes erros. A Executiva Nacional demarcou suas posições em torno das medidas econômicas oficiais e das lutas pela geração de emprego, pela valorização do salário mínimo, pelo reajuste da tabela do imposto de renda e outras bandeiras.

92. Em dezembro de 2004 e 2005 foram realizadas a primeira e a segunda marchas nacionais em defesa do salário

mínimo em um processo liderado pela CUT, com a participação dos metroviários e das demais centrais sindicais, que resultou no maior aumento do valor do salário mínimo nas últimas décadas, de R\$260,00 para R\$300,00 em 2005 e de R\$300,00 para R\$350,00 a partir de abril de 2006.

93. Apesar da campanha vitoriosa pela elevação do salário mínimo, a atuação da CUT nos embates sociais mostra-se tímida. A Central não está sendo protagonista, persiste a defensiva do movimento sindical. O plano de lutas tirado na 11ª Plenária Nacional é avançado e progressista, mas a bem da verdade ficou no papel, cabendo perguntar: qual o problema para a falta de encaminhamento? O problema central é que a CUT não conseguiu vislumbrar um projeto de nação que pudesse dar o rumo para o conjunto de suas atividades, debilidade que se refletiu na ação.

94. Faltou enfrentar de forma mais conseqüente três questões-chaves: 1) A CUT deve definir de forma mais clara um projeto de nação, que renove a perspectiva e a esperança de mudança dos trabalhadores; 2) Investir e voltar sua estrutura para a mobilização política nacional da classe trabalhadora; a negociação com o governo deve estar associada às mobilizações; 3) Reforçar o princípio da autonomia sindical em relação ao governo e aos partidos políticos, sem se confundir com neutralidade e apartidarismo.

95. A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) poderia ter recebido da Central um maior apoio para

impulsionar unificadamente as lutas. Por outro lado, a ação conjunta com a CMS em defesa do governo Lula e contra o golpismo da direita neoliberal, em 16 de agosto de 2005 em Brasília, foi um ponto forte e decisivo da atividade política da Central, que envolveu amplos setores do movimento social sob a liderança da CMS.

96. A falta de mobilização unitária impediu que fossem revertidas as medidas de flexibilização e precarização dos contratos de trabalho empreendidas na década neoliberal. Durante o governo FHC, principalmente, foi mobilizado todo um arsenal jurídico de leis, medidas provisórias, portarias e enunciados para saciar o capital, restringir ações sindicais de resistência e tomar o mercado de trabalho mais flexível. Houve alterações no contrato de trabalho, jornada de trabalho, salários, organização do trabalho e demissão. Entre essas, a principal foi a denúncia da Convenção 158 da OIT no Governo FHC, que trata da proteção contra dispensa imotivada.

97. Outro equívoco da Central foi o posicionamento frente à reforma sindical. A Central deixou-se levar pelas intermináveis reuniões do Fórum Nacional do Trabalho. O projeto de reforma construído nessa instância provocou cisão na direção e isolou a CUT do conjunto do movimento sindical brasileiro. Durante a 11ª Plenária Nacional tirou-se a plataforma democrática mínima para a reforma sindical. Entretanto, não houve mais condição política para recolocar a reforma sindical na pauta do Poder

Legislativo, em razão da crise política que eclodiu em Maio/2005 e da rejeição quase unânime ao projeto elaborado pelo Fórum Nacional do Trabalho.

98. O resultado é que não se obteve o reconhecimento legal das Centrais Sindicais, o direito à organização no local de trabalho, bem como permanece intocável o custeio das entidades sindicais, não foi extinto o imposto sindical e há severas restrições do Poder Judiciário para a cobrança de contribuição assistencial pelos sindicatos.

99. A atuação da CUT na América Latina conseguiu êxito na rearticulação da Coordenadora das Centrais do Cone Sul, com a realização de atos unificados dos trabalhadores do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina no dia 1º de Maio. A Plataforma Laboral das Américas representou um importante documento assinado por setores do movimento sindical das Américas. Contudo, essas atividades foram insuficientes para que o movimento sindical liderasse ações para articular lutas unitárias nos diversos países e fazer frente à ofensiva da globalização neoliberal. A ação internacionalista tomou-se uma questão estratégica frente à globalização neoliberal. O espaço nacional é onde se dá o combate direto; mas sem uma perspectiva e uma ação unitária dos trabalhadores em todo o mundo contra o capital globalizado, a luta pode ser ineficaz. Hoje, mais do que nunca, a luta internacionalista do proletariado é decisiva.

CUT na rua: quem trabalha é que tem razão

100. A CUT deve fazer uma inversão de prioridades: alçar a mobilização política dos trabalhadores como o elemento fundamental às conquistas e, portanto, o centro de sua política. A maior, mais representativa e mais avançada central sindical brasileira não pode envidar a maior parte de seus esforços no sentido das negociações. É preciso ser referência de luta e combatividade para os trabalhadores e, mesmo para

estar em boas condições para negociar, é necessário demonstrar força e ter o alicerce de uma base social organizada.

101. A Central deve estreitar mais seus laços com outros movimentos sociais. A participação da CUT na Coordenação dos Movimentos Sociais já se demonstrou imprescindível quando da manifestação de 16 de agosto em Brasília, desmascarando a tentativa de desestabilização do governo pela direita, apontando o risco

da apropriação pela direita dos discursos equivocados da extrema esquerda e, ao mesmo tempo, exigindo mudanças na política econômica, punição para os casos de corrupção e reforma política democrática. As duas edições da Marcha pela Valorização do Salário Mínimo também demonstraram o potencial mobilizador da CUT.

102. Por isto, é preciso compreender a mobilização do povo como

imprescindível num processo de mudanças e combater as visões pragmáticas que subordinam a mobilização popular às questões conjunturais. A CUT deve apostar mais na relação de apoio com outros movimentos e na mobilização ampla dos trabalhadores como prática cotidiana, de responsabilidade sua, como a maior Central do país que deseja influenciar decisivamente nos rumos da nação.

Balanço da Fenametro

103. Continuando a trajetória avaliada na 1ª Plenária, a Fenametro se consolidou ainda mais e passou a representar definitivamente os metroviários brasileiros. As mobilizações e os debates nacionais contaram com a nossa participação e contribuição. Participamos do lançamento do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos - MDT e por intermédio dele desenvolvemos diversas atividades na defesa do transporte urbano sobre trilhos público e de qualidade em várias capitais brasileiras. A luta pela retomada dos investimentos nos sistemas metroviários se deu em várias frentes, inclusive a institucional com reuniões no BNDES, com parlamentares, com o presidente da República, com setores empresariais e principalmente com o movimento popular.

104. Em 26 de março de 2004, depois de longa batalha jurídica e burocrática, foi publicado no Diário Oficial da União o registro sindical da Fenametro. Este acontecimento é importante, pois se trata da primeira entidade de segundo grau no setor de transportes filiada à CUT, que obtém seu registro sindical e é reconhecida como entidade sindical, possibilitando a busca da unificação do transporte sobre trilhos, principalmente no campo da Central.

105. Durante esta gestão, a Fenametro participou de eventos internacionais no Chile e Argentina, buscando interagir com os trabalhadores e sindicatos do setor de transporte, culminando com a participação de representação de trabalhadores metroviários e de transporte do Chile, Argentina, Venezuela e Cuba no 2o Congresso Nacional dos Metroviários, em agosto de 2005.

106. Nas três campanhas salariais do período a Fenametro buscou a integração entre as categoriais e uma mobilização nacional. Com padrões diferenciados e ritmos muito distintos, a tentativa de unificar atividades e calendários ainda encontrou muitas dificuldades. Mesmo assim, adesivos, cartazes e cartas abertas nacionais foram desenvolvidos nestes três anos. Com campanhas que se prolongaram por meses, a Fenametro esteve presente e buscou ajudar nas articulações políticas, tanto ao nível das empresas e governos, como também no

Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde finalizaram as campanhas dos metroviários de São Paulo em 2003 e 2004, e dos metroviários de Recife, Belo Horizonte e Fortaleza em 2004.

107. Os metroviários brasileiros também marcaram sua presença nas duas edições do Fórum Social Mundial realizadas em Porto Alegre, em 2003 e 2005. Uma grande delegação de metroviários participou também do Fórum Social Brasileiro em novembro de 2004, contribuindo na luta global contra o neoliberalismo. No último realizado no Brasil, em janeiro de 2005, foi promovida a única oficina que tratou do transporte.

108. Os metroviários e a Fenametro também marcaram presença no debate desenvolvido nacionalmente em torno da Reforma Sindical. Em janeiro de 2005, antes mesmo da oficialização da proposta de emenda constitucional, o Seminário Nacional aprovou por unanimidade uma resolução que defendia a necessidade de se promover mudanças na estrutura sindical brasileira que democratizem as relações de trabalho e garantam de fato a representação dos trabalhadores. No entanto, a resolução repudiava com ênfase qualquer proposta que pudesse vir a dividir os trabalhadores, retirar direitos ou limitar o direito de greve. Com a entrega da PEC 369 no Congresso Nacional, a Fenametro participou de todas as atividades contra a sua implementação e continua organizada junto à Frente Nacional contra a PEC 369, no sentido de lutar e organizar a categoria para resistir contra a aprovação desta proposta.

109. No campo institucional, foi aprovado no último congresso organizar uma campanha nacional pela aprovação do Projeto de Lei 5654/05, do deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SF), que garante jornada de trabalho de 30 horas semanais para o pessoal de CCO e turnos fixos noturnos; 36 horas semanais para o pessoal de operações de trens, estações e segurança operacional e outras atividades de operação, manutenção e administração em turnos de revezamento; e 40 horas semanais para as demais atividades de manutenção, operação e administração. Também está tramitando um projeto de lei que estabelece o dia 26 de outubro como o dia nacional

dos metroviários, data em que foram reconhecidos como categoria profissional em 1979.

110. Nas questões específicas de gênero, raça e orientação sexual, a Fenametro estimulou os sindicatos a organizarem suas secretarias, a exemplo do que temos em São Paulo. Organizou o 2o Encontro nacional da mulher metroviária e conseguiu reforçar a necessidade de implementação e respeito às cotas para as mulheres.

111. Desde o governo FHC os metroviários de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre lutam contra as políticas privatizantes. No caso da CBTU a política dos tucanos era a de promover a atualização dos sistemas com data marcada para sua privatização. A Fenametro, junto com os sindicatos, e também através da representação no Conselho de Administração da CBTU, promoveu vários debates sobre o tema nos estados, em conjunto com os ferroviários de Salvador, Natal, Maceió e João Pessoa. A proposta foi modificada pelo governo federal e praticamente congelada. No entanto, este processo está sendo retomado neste momento por parte do governo federal, através do Ministério da Fazenda, ignorando todo o debate que se travou no período, tanto no âmbito do Ministério das Cidades, das Conferências das Cidades e entre os sindicatos da base. Com base nesta política, já foi atualizada a Superintendência de Trens Urbanos de Salvador da CBTU, mas uma liminar impetrada pelo presidente da Fenametro, que também representa os trabalhadores no Conselho de Administração da CBTU, paralisou o processo e aguarda decisão final da Justiça.

112. Uma luta incessante que se desenvolve nacionalmente é contra a terceirização. Frente a proposta da CBTU e da Trensurb de oficializar a terceirização da venda de bilhetes e da segurança operacional, a Fenametro ofereceu denúncia no Tribunal de Contas da União e o Sindimetro-RS junto ao Ministério Público, quanto ao descumprimento da Lei Federal 6.149/73, por considerar uma flagrante ilegalidade na proposta. A Fenametro também apoiou a luta dos metroviários paulistas contra a terceirização da arrecadação e venda de bilhetes e está

promovendo denúncias de terceirização da arrecadação e venda de bilhetes, bem como a implementação do bilhete único que é promovida pelo prefeito José Serra e pelo governador Geraldo Alckmin. Também promoveu denúncias de terceirização na CBTU no Tribunal de Contas da União e tem estimulado os sindicatos a também promoverem ações judiciais contra as terceirizações comprovadamente ilegais na CBTU. A luta nacional dos metroviários tem vitórias, como a dos companheiros de Brasília que conseguiram derrotar a empresa no Ministério Público do Trabalho e no TRT, obrigando o Metrô a realizar concurso público para substituir todos os terceirizados das áreas operacionais.

113. No Rio de Janeiro, a Fenametro desenvolve uma luta junto com o Sindicato para denunciar as mazelas do sistema privatizado e encontrar saídas políticas e jurídicas para tentar reverter o processo. Não se trata de uma luta fácil, pois o concessionário carioca já está "animado" com a possibilidade, inclusive, de participar do processo de privatização da Linha 4 do metrô paulista.

114. A Fenametro é uma conquista dos metroviários brasileiros, e depois de quase quatro anos de sua reativação já é reconhecida nacionalmente, tanto pelo movimento sindical como também pelos governos e demais instituições. Por isso a Fenametro tem participado de vários debates no Congresso Nacional, nos estados e capitais para debater a questão do transporte público sobre trilhos sob a ótica dos trabalhadores do setor.

115. Este reconhecimento também tem sido importante para a busca de uma unificação política, e se possível orgânica, dos metroviários com os ferroviários brasileiros. A busca desta unidade tem trilhado caminhos diversos, com a realização de ações conjuntas contra o processo de atualização dos sistemas da CBTU, campanhas salariais conjuntas, entre outras atividades. Um importante movimento foi realizado pelos ferroviários baianos que, em função da construção do metrô de Salvador, se anteciparam e conseguiram o reconhecimento legal para representar metroviários e ferroviários da Bahia, organizando assim o primeiro sindicato metro-ferroviário do país.

Balanço CNTT - CUT

116. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte da CUT realizou seu último congresso em dezembro do ano passado com participação de mais de 147 delegados, representando 5 federações, 32 sindicatos e 3 oposições sindicais.

117. Desde sua fundação, em 1994, a CNTT tem procurado organizar seus sindicatos em articulações com seus respectivos modais, assim como inseri-los na vida orgânica das CUTs estaduais, possibilitando maior troca de experiência em todos os níveis. Isso não tem sido uma tarefa das mais fáceis, face ao grau de pulverização dos sindicatos - seja em bases regionais como também em datas-base.

118. Outro desafio ainda presente é a construção de uma Política Nacional de Transportes que procure integrar os modais com planos de desenvolvimento regional. Essa atuação tem exigido grandes esforços em nível institucional, com representação no Conselho das Cidades; na direção da ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos e do MDT - Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público e de Qualidade para Todos, e convênios como o que afirmamos recentemente com o ministério dos Transportes, numa pesquisa nacional sobre o perfil dos trabalhadores em transportes e suas necessidades de formação profissional.

119. Outras ações que também merecem destaque referem-se às ações da CNTT-CUT na construção de uma negociação sobre cadeias produtivas. Isso possibilitou uma gestão mais eficiente na obtenção de recursos junto ao BNDES, e também solicitações de empréstimo junto ao Senado Federal. Por consequência, uma retomada da produção no setor metro-ferroviário.

120. Esse modelo de financiamento acareto também na geração de empregos e modernização do parque produtivo, contribuindo muito nos 5 milhões de empregos com carteira assinada nos últimos 3 anos.

121. Dentro das instâncias da CUT,

procuramos um contato maior com o setor metalúrgico, como com a CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT), com o objetivo de estabelecer um plano de trabalho que contemplasse o setor. Isso resultou num seminário, em abril de 2005, financiado pelo TIE da Alemanha, quando nossos princípios na prioridade ao transporte público foram articulados com a prioridade no setor automotivo de modernização da frota.

122. Os metroviários têm participado ativamente, tanto na construção de uma organização em nível nacional do setor, como também na construção de uma Política Nacional de Transportes; e hoje contam com 3 membros na direção executiva da CNTT.

Organização da Categoria

Avaliação

123. Na avaliação do movimento sindical, constatamos as dificuldades por que passamos. O refluxo das grandes mobilizações e as dificuldades de avanços e conquistas, por conta da ofensiva neoliberal que assolou o mundo nas últimas décadas, foram as principais causas de desmobilização.

124. As formas apontadas para enfrentarmos este quadro passam pela organização no local de trabalho. Neste sentido, o Sindicato dos Metroviários se destacou com a eleição dos diretores de base, delegados sindicais e implantação de negociações de CIPAS amplas e representativas, estabelecendo

mecanismos de organização, como Comissões Sindicais de Base, reuniões antecipadas de cipistas representantes da bancada dos trabalhadores, material impresso para comunicar com toda a base e outros.

125. Apesar de travarmos inúmeras lutas tanto externamente quanto internamente, enfrentado e barrado diversos ataques desferidos contra os brasileiros, e especialmente contra a categoria, também fomos atingidos por esta onda desmotivadora que, aparentemente, rebaixa a importância das conquistas. Este cenário aliado às dificuldades que tivemos para manter os fóruns de organização da categoria funcionando

adequadamente, promoveu o descolamento da direção do sindicato, de uma parcela das bases.

126. É importante registrar que estas dificuldades se deram também por conta dos ataques que as entidades sindicais sofreram, através de medidas que reduziram principalmente suas capacidades financeiras, como intervenção das empresas no direito de liberdade e autonomia, dificultando a participação de dirigentes na gestão dos sindicatos, processos e demissões de dirigentes, impondo altas despesas na defesa jurídica e manutenção financeira do dirigente atacado e com a demissão de

milhares de trabalhadores.

127. No caso dos metroviários, que tem sua arrecadação oriunda exclusivamente das mensalidades de seus associados, representou a redução de diretores liberados e um rigoroso controle de gastos, dificultando bastante o desenvolvimento das nossas ações sem, porém, ter diminuído em nada as lutas que travamos.

128. Independente deste quadro, precisamos nos esforçar para azeitar a nossa máquina de resistência, pois só assim poderemos impor derrotas ao projeto neoliberal de flexibilização de direitos, manter conquistas e ampliarmos direitos.

Diretores de Base

129. A diretoria de base é um elo importante entre os delegados sindicais e a diretoria executiva, permitindo que as discussões fluam por toda a categoria. É também a correia transmissora das informações que circulam na categoria, informando sobre os ataques que

ocorrem nas diversas áreas, as lutas que estão sendo desenvolvidas para barrar as ofensivas e o resultado das mobilizações.

130. Este papel desenvolvido pelos diretores de base permite também que as mobilizações para as lutas mais gerais, ou mesmo

para interromper um ataque mais localizado, se tornem mais eficientes, pois a sua participação cotidiana na área lhes confere credibilidade e autoridade entre os trabalhadores.

131. Para atender esta situação, precisamos estabelecer um mecanismo de comunicação que

permita manter informados os diretores de base. As reuniões ampliadas da diretoria também devem ser realizadas periodicamente, para que o pensamento da base chegue até a diretoria executiva, permitindo tomada de decisões mais afinadas com a categoria.

Delegados Sindicais

132. Os delegados sindicais, além de reforçar a presença do sindicato no local de trabalho, são importantes aliados dos diretores de base, na tarefa de organizar a categoria. Os delegados sindicais, em constante

debate com os diretores de base e até mesmo com a diretoria executiva, dão uma melhor interpretação dos pensamentos, anseios e expectativas da base. A partir do terceiro mandato, o Sindicato não conseguiu dar um

funcionamento regular, fazendo com que diversos delegados, ao não serem estimulados, se sentissem desprestigiados e desamparados.

133. É imperioso realizarmos as eleições para a quarta legislatura,

inclusive para revitalizarmos este importante instrumento de organização, oxigenarmos o mandato e identificarmos novas lideranças, que vão se formando para serem os novos dirigentes da categoria.

Comissão Sindical de Base (CSB)

134. A CSB é o mecanismo que organiza os ativistas do Sindicato na base de debate da categoria. Diretores de Base e Delegados Sindicais, que são os membros estatutários da CSB, devem incorporar os cipistas e ativistas da categoria.

135. O funcionamento regular das CSB's permite o debate sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores em seu local de trabalho, bem como a democratização das informações e orientações da direção do Sindicato para a base.

136. Com as informações vindas das CSB's, a direção do Sindicato terá condições de melhor planejar suas ações e, com o conjunto da categoria, por em prática estratégias mais adequadas para cada situação de enfrentamento.

137. É necessário portanto a

implementação de uma política de formação dos delegados sindicais imediatamente após cada eleição, para uniformizar a compreensão de cada dirigente de seu papel frente aos compromissos assumidos com a categoria, e as responsabilidades do mandato conferido nas urnas.

Metrus: Conselhos Deliberativos, Fiscal e Comitê dos Planos de Saúde

138. O Metrus foi uma conquista que os metroviários aguardaram com muita expectativa, pois tinham em sua criação a esperança de um aposentar melhor, com segurança e tranquilidade. O esforço da categoria foi apropriado pela empresa, que durante muito tempo administrou o instituto sem a participação da categoria.

139. Em virtude da mobilização e pressão de grandes fundos de

pensão, como a Petros, Previ, Funcef e outros, a partir de 2001, passaram a vigorar as leis federais 108 e 109, que disciplinaram o funcionamento das entidades de previdência fechada e aberta, criando principalmente a condição de paridade entre patrocinadores e participantes nos órgãos de gestão dos fundos.

140. No campo institucional, a organização dos dirigentes eleitos e dos participantes em torno da

ANAPAR, Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão, é fundamental para a elaboração de estratégias que permitam a mudança na legislação, conferindo aos trabalhadores um maior acesso aos órgãos de gestão dos fundos, tornando-se mais transparentes permitindo uma administração voltada para criação de mecanismos que atendam as expectativas dos trabalhadores aposentados do Metrô.

141. No campo político, o Sindicato

deve acompanhar mais de perto a atuação dos dirigentes eleitos, inclusive dando respaldo à condução do mandato em curso. O Sindicato deve discutir com estes representantes, políticas a serem debatidas e implementadas no instituto, permitindo que estes dirigentes se comuniquem com a categoria, para denunciar as tomadas de decisões que prejudiquem os metroviários participantes do Metrus.

Cipas

142. O acordo das Cipas, celebrado em 2000, foi uma enorme vitória da organização da categoria e fruto de uma estratégia acertada do Sindicato de usar as mudanças ocorridas na NR-5, para ampliar o número de cipas e cipistas.
143. A resistência do Metrô foi enorme. Várias mesas redondas foram realizadas na DRT, quando a direção da empresa recusava-se a aceitar os avanços que a nova legislação trazia. Mesmo depois de assinado o acordo, a empresa se recusou a implantar a reunião prévia da bancada dos trabalhadores, a Intercipas, acatar o plano de trabalho e outras medidas que estavam consagradas na norma e no acordo.
144. Com muita pressão e determinação, estruturamos todas as Cipas e, em 2003, em virtude da inauguração da Linha 5 - Lilás, conquistamos a ampliação de 8 para 10 o número de Cipas e atingimos a marca de 176 cipistas eleitos, entre titulares e suplentes. Apesar de não ter sido uma tarefa fácil, pois a empresa perseguia, punia e transferia cipistas, a atuação sintonizada com o Sindicato, DRT e MPT, impôs derrotas à empresa.
145. Para tentar conter os avanços obtidos na Cipa, o Metrô quis acabar com o aditivo ao Acordo Coletivo assinado em 2000 e renovado em 2003, valendo-se da Portaria 16 do TEM, feita em 2001 por FHC, sem a participação dos trabalhadores, representando um retrocesso em relação à NR5.
146. Os metroviários não se renderam à forma truculenta e antidemocrática com que a empresa tentou impor as eleições 2006/2007, numa tentativa de reduzir de 176 para apenas 60 o contingente de cipista eleitos. O Sindicato e cipistas organizaram a categoria e, valendo-se de atuação junto à DRT e audiência com o Ministro do Trabalho Luiz Marinho, conseguimos barrar temporariamente a investida do Metrô.
147. A luta ainda não está ganha, mas temos todas as condições de sairmos vitoriosos, pois nossa pretensão de garantir o acordo das Cipas é legítima e necessária. Os cipistas, diretores de base, delegados sindicais e ativistas, organizados pelo Sindicato, têm que travar este debate com o conjunto da categoria e tirar como eixo central da nossa luta a defesa incondicional das Cipas.
148. Metrus: Conselhos Deliberativos, Fiscal e Comitê de Gestão dos Planos de Saúde.
149. O Metrus foi uma conquista que os metroviários aguardaram com muita expectativa, pois tinham em sua criação a esperança de um aposentar melhor, com segurança e tranquilidade. O esforço da categoria foi apropriado pela empresa, que durante muito tempo administrou o instituto sem a participação da categoria.
150. Em virtude da mobilização e pressão de grandes fundos de pensão, como a Petros, Previ, Funcef e outros, a partir de 2001, passaram a vigorar as leis federais 108 e 109, que disciplinaram o funcionamento das entidades de previdência fechada e aberta, criando principalmente a condição de paridade entre patrocinadores e participantes nos órgãos de gestão dos fundos.
151. No campo institucional, a organização dos dirigentes eleitos e dos participantes em torno da ANAPAR, Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão, é fundamental para a elaboração de estratégias que permitam a mudança na legislação, conferindo aos trabalhadores um maior acesso aos órgãos de gestão dos fundos, tomando-se mais transparentes permitindo uma administração voltada para criação de mecanismos que atendam as expectativas dos trabalhadores aposentados do Metrô.
152. No campo político, o Sindicato deve acompanhar mais de perto a atuação dos dirigentes eleitos, inclusive dando respaldo à condução do mandato em curso. O Sindicato deve discutir com estes representantes, políticas a serem debatidas e implementadas no instituto, permitindo que estes dirigentes se comuniquem com a categoria, para denunciar as tomadas de decisões que prejudiquem os metroviários participantes do Metrus.

TEMA 5

Estrutura do Sindicato

Finanças do Sindicato

153. Uma análise rápida demonstra que a questão financeira é de certa forma trágica na maioria dos sindicatos. Diante do ataque neoliberal, categorias são obrigadas a gastar verdadeiras fortunas nas Campanhas Salariais para manter suas conquistas. Nos últimos anos, nossa organização vem sofrendo com os constantes ataques ao movimento sindical que os governos neoliberais desferiram contra as entidades dos trabalhadores. O achatamento salarial e a perda de poder aquisitivo dos trabalhadores refletiram na arrecadação das entidades, causando dificuldades financeiras na maioria das entidades. O nosso Sindicato também sofreu com esse problema, como já apontávamos desde o 6º Congresso. A perda de receita provocada pelo PDV e a demissão dos aposentados a partir de 2003, contribuíram para aumentar a nossas dificuldades.
154. No primeiro ano da gestão passada foram necessárias medidas eficazes para contorná-las. A diretoria do Sindicato reduziu o número de diretores liberados, iniciando um processo de saneamento das contas com medidas administrativas, que continuam sendo implementadas na atual gestão. Departamentos que se relacionam diretamente com a categoria, como o Jurídico, Esportes e Imprensa, foram reforçados com investimentos materiais. Temos conseguido contornar a limitação financeira, impedindo que ela signifique a redução da intensidade da luta política dos trabalhadores.
155. É necessária a promoção de uma campanha para atrair novos sócios, para garantir a ampliação da contribuição voluntária da categoria, que também garante um maior comprometimento dos metroviários com os rumos da entidade.
156. Foi também acertada e encaminhada para a categoria, em assembleia, a decisão da diretoria da contribuição voluntária para a conclusão da colônia de férias em Caraguatatuba.

Departamento Jurídico

157. Usando táticas de retirada de direitos de setores distintos nas organizações, as empresas procuram isolar a resistência destes setores, evitando a mobilização do conjunto dos trabalhadores. Em uma sociedade cada vez mais individualista, esta prática vai minando a organização da classe trabalhadora, dificultando a ação dos sindicatos e a organização dos trabalhadores.
158. Os metroviários têm sido vítima desta tática neoliberal que impõe enormes prejuízos à categoria. Por se tratar de conquistas ou direitos específicos desta ou daquela função, a percepção da perda fica restrita ao conjunto de trabalhadores afetados. Nestes casos, a saída tem sido buscar na justiça a reparação dos prejuízos e a recuperação dos direitos.
159. Neste aspecto, as ações jurídicas têm dado grande contribuição na recuperação destes direitos e conquistas, com uma porcentagem de vitórias bastante elevada. Isto é resultado de investimentos e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, refletindo na qualidade do atendimento aos metroviários.
160. Para fazer frente às despesas referentes a processos trabalhistas e melhorar ainda mais a estrutura, deve ser debatida no 8º Congresso dos Metroviários a adoção de mecanismos que garantam repasse de recursos para custear cada processo coletivo ou individual, quando o processo é vitorioso.
161. É também importante diferenciar os metroviários que são associados ao sindicato e aqueles que não são sócios.
162. Estabelecer um percentual sobre o valor recebido de cada processo ganho tem sido a prática mais comum em todos os sindicatos, que deve ter a concordância dos metroviários quando este assinar a procuração. No caso de metroviário não sócio do Sindicato, o percentual deve se equiparar ao cobrado por advogado particular.

Formação Sindical

163. A Secretaria de Formação Sindical deve manter sua política de realização de cursos de formação para os ativistas da categoria. A formação dos diretores do Sindicato, dos delegados sindicais deve ser implementada com a participação nos cursos e seminários realizados na CUT e outros institutos de formação sindical.
164. A formação é um poderoso instrumento de elevação do nível de consciência política dos trabalhadores que passam a compreender melhor o embate entre o capital e o trabalho.
165. A realização de palestras e seminários específicos em conjunto com as secretarias de saúde, assuntos da mulher, de assuntos da discriminação racial e políticas sociais deve ser intensificada e, se possível, realizada em horários diferenciados, para permitir a participação de todos os metroviários interessados.

Esporte, Cultura e Lazer

166. O Sindicato, enquanto entidade de conscientização e organização dos trabalhadores, deve incentivar e prestigiar todas e quaisquer manifestações esportivas, culturais e de lazer, motivando a utilização por parte da categoria e da sociedade, dos espaços existentes, como forma de aproximar as pessoas da entidade.
167. A organização de campeonatos de futebol e outras modalidades de esporte deve ser mantida pelo Sindicato. No entanto, também é necessário que sejam promovidas atividades culturais na categoria, como teatro, poesia, canto entre outras. Uma parte significativa da categoria desenvolve atividades culturais em seus momentos de lazer e o Sindicato pode e deve ser um espaço para a difusão destas atividades.

Saúde do Trabalhador Metroviário

168. Estabelecida a regularidade do funcionamento da Comissão de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato, suas reuniões apontam para as ações unificadas da representação

dos trabalhadores nas várias CIPAs, com a participação dos membros da Diretoria do Sindicato.

169. A Comissão de Saúde e Condições de Trabalho do

Sindicato deve ainda desenvolver uma ação articulada com as Comissões Sindicais de Base das áreas, estimulando os cipistas a participarem e contribuírem para

seu fortalecimento, pautando os problemas de saúde e condições de trabalho, desenvolvendo mobilizações para garantir a atuação de cada cipista em sua área.

Comunicação

170. Com a ofensiva estratégia de marketing e comunicação da empresa para cooptar os trabalhadores, através dos diversificados veículos de comunicação internos, e contando com apoio incondicional dos meios de comunicação, a atual gestão da Cia. tem se empenhado em divulgar informações para forjar uma imagem de administração competente e insuspeita, como também satanizar toda e qualquer iniciativa de organização da categoria na defesa de seus direitos, contradizendo sistematicamente as informações e orientações do Sindicato, utilizando-se dos comunicados "Metrô

Urgente" como instrumento para ameaçar, confundir e desarticular os metroviários.

171. Para contrapor esta ofensiva, foram aprovadas resoluções que propiciaram um melhor aparelhamento do departamento de imprensa, permitindo um combate mais eficiente às ofensivas da empresa. A elaboração do Plataforma, a agilidade na confecção de Bilhetes e a produção de cartazes garantiram uma melhora na comunicação com a categoria. A interlocução com os usuários através das diversas Cartas Abertas e dos inúmeros Jornais do Usuário ampliou o apoio em defesa do

Metrô público estatal e de qualidade. Nossas mobilizações ficaram melhor estruturadas com a produção de coletes, adesivos e botons, permitindo uma maior visibilidade das nossas lutas.

172. Portanto, é necessário o constante aperfeiçoamento da área de comunicação do Sindicato, para que a categoria tenha a justa medida dos acontecimentos, acompanhando o desenrolar das nossas lutas e participando das agendas de mobilização, tornando-se protagonista da história da categoria.

173. A Secretaria de Imprensa é

responsável pela preservação e divulgação da história de lutas e conquistas da categoria metroviária, portanto, tem a responsabilidade de manter viva esta memória que tanto nos orgulha, devendo também ser protagonista das atividades de comemoração dos 25 anos de existência em 24 de agosto próximo.

174. A Secretaria de Imprensa deve organizar uma comissão de comunicação com diretores e ativistas interessados, para subsidiar com informações os informativos da categoria. Esta comissão deve participar das reuniões de pauta das publicações do Sindicato.

TEMA 6

Políticas Sociais

Política de gênero

175. No Brasil as lutas das mulheres vêm desde o início do século passado, quando reivindicavam o direito ao voto e protestavam contra a exploração do trabalho feminino. Porém, mesmo ampliando a participação na sociedade, as mulheres ainda não conseguem inserção nos espaços de poder. Na sociedade atual a separação entre público e privado atribui às mulheres o papel da família, da reprodução e aprofunda a divisão sexual do trabalho.

176. Muito já se avançou no Brasil, nas políticas de gênero, mas muito ainda está por fazer. Em uma cultura machista, como a nossa, o estado tem um papel fundamental nas transformações de culturas violentas e agressivas.

177. Neste aspecto, temos mudanças expressivas nas políticas para as mulheres, como a Secretaria do Estado dos Direitos da Mulher, ligada ao Ministério da Justiça, que foi transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

no Governo Lula, que estabeleceu também a composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Há de se lembrar que a participação sindical é um avanço para as mulheres, mas é preciso intensificar sua capacitação política através de seminários, palestras e cursos, adotando "ações afirmativas", como a cota, que é uma realidade positiva.

178. Um passo importante no caminho do combate à violência contra as mulheres é a aprovação no Congresso Nacional, do projeto de Lei que

tipifica como crime os atos violentos praticados contra as mulheres, sendo punidos com pena de reclusão e não mais com pagamento de cestas básicas.

179. O nosso Sindicato, como protagonista das principais lutas do povo brasileiro, deve encampar esta ampla mobilização que está sendo construída no país, para que o Congresso Nacional rompa com seus preceitos conservadores e machistas, aprovando o mais rápido possível este dispositivo de lei.

Política de raça

180. Obtivemos vários avanços e temos bons exemplos de política governamental para atendimento às demandas sociais oriundas das comunidades negra, indígena e pobre, tais como: atendimento às comunidades remanescentes de quilombos, levando infraestrutura básica, escolas, créditos, etc; micro-crédito direcionado à pequena produção, em especial às empreendedoras negras; PRÓ-UNI, que abriu vagas em universidades para pobres e para negros, dando oportunidade à plena cidadania de pessoas que de outra forma não estariam nos bancos das faculdades; implantação da Lei 10.639, que resgata a verdadeira história do povo brasileiro, detalhando a história da África e da cultura afro-brasileira; valorização da cultura popular através de incentivo financeiro e técnico, com enfoque nas culturas indígenas, afro-descendentes, ribeirinhas, folclóricas e outras, através dos Pontos de Cultura; Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional prevendo reserva de 50% das vagas nas universidades federais para alunos que

cursaram o ensino médio nas escolas públicas, com reservas para negros e indígenas proporcional a densidade demográfica do estado, Projeto este que vem sendo boicotado pelo PSDB e pelo PFL, atendendo os interesses dos tubarões que sempre utilizaram com exclusividade um espaço que deveria ser de todos.

181. Lamentavelmente, o governo paulista vai na contra-mão desses exemplos através de uma intervenção ultra-liberal. O maior investimento social do governo do PSDB nesses doze anos de desmandos foi em construção de penitenciárias e na incompetente, irresponsável e ilegal tentativa de intervenção na FEBEM, negando atender as reais necessidades da população paulista. São Paulo paga alto o preço de ser um estado poderoso, rico, desenvolvido e desgovernado. Como resultado da política excludente e insensível, sofremos com altíssimos índices de criminalidade e homicídio, concentrado nas periferias, incidindo, principalmente sobre a juventude não-branca (países em conflito não sofrem

com a violência na mesma medida que sofremos); desemprego estrutural crescente que avassala a esperança das famílias e da juventude, Alckmin arquiteta um grande exército dos "sem nada a perder", cresce na população o sentimento de insegurança e a incidência de depressão.

182. Apoiamos um projeto para São Paulo que rompa com a lógica privatista que imperou nos últimos doze anos, tendo como consequência a dilapidação do patrimônio paulista com a venda da Congas, Eletropaulo, Banespa, entrega das rodovias estaduais e sucessivas tentativas de privatizar o que restou, a exemplo da proposta de concessão da Linha 4 do Metrô, razão pela qual, hoje, o empresariado apóia a candidatura de Alckmin para presidência da República e torce para que seu partido o indique. Acreditamos que é possível crescimento econômico com investimento social, São Paulo como carro chefe da nação tem obrigação de trilhar esse caminho, como forma de construir uma opinião nacional que repudie as desigualdades, a

exclusão social e o racismo.

183. Na luta contra o racismo, nosso Sindicato está no caminho correto. Acreditamos que o protagonismo deve ser do movimento negro, porém, toda sociedade tem que contribuir, assim agimos. Nos associamos a todas as lutas do movimento negro, nos familiarizamos com o debate e o promovemos internamente, contribuimos com as manifestações e mobilizações, dialogamos com os usuários através de material proposto pelo movimento negro, mantemos nossa presença na CNCDR - Coletivo Nacional Contra a Discriminação Racial da CUT, oxigenamos sempre a Secretaria de Assuntos da Discriminação, encaminhamos ao Metrô reivindicações cujo objetivo de combater o racismo e todas as formas de discriminação no interior da empresa (apesar da empresa sempre recusar propostas nessa ótica). De modo que devemos continuar nesse caminho atendo ao processo de organização do movimento negro.

Política de sexualidade

184. Como toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, a sexualidade quando não segue a cartilha das igrejas e da sociedade hipócrita, causa sérias conseqüências para quem ousa contestá-la. Os

pseudos defensores da moral e dos bons costumes, fazem dos preconceitos raciais, de gênero, sexualidade, religiosos, raça, etc, instrumentos de dominação.

185. O Sindicato deve manter uma

política de combate sistêmico a toda e qualquer manifestação preconceituosa, inclusive na categoria, apoiando a luta dos homossexuais por um tratamento isonômico, na utilização dos planos

de saúde do Metrô, principalmente o MSI, para seus parceiros e parceiras, como o direito de seus parceiros usufruírem os benefícios legais dos planos de previdência suplementar do Metrô.

Terceirização

186. Os delegados do 8º Congresso dos Metroviários de São Paulo reafirmam os princípios de luta sistemática a qualquer forma de terceirização, estabelecendo como

práticas o combate e a mobilização para barrar esta prática nefasta em nossa categoria.

187. Os dirigentes da categoria, em seus diversos níveis de atuação,

devem manter vigilância constante em cima das empresas prestadoras de serviço no Metrô, denunciando ao Sindicato toda e qualquer agressão aos direitos e conquistas desses companheiros.

188. As denúncias à DRT devem ser estimuladas, para que as empresas possam ser responsabilizadas por seus crimes contra os trabalhadores.

Aposentados

189. O trabalhador, ao se aposentar, entra em um dos estágios da vida mais sofrido, pois cai seu padrão de rendimento, sobem suas despesas com saúde e ainda pior, passa a ser visto como um problema.

190. Os metroviários devem

continuar lutando através dos seus representantes no Conselho Deliberativo, Fiscal e Comitê de Gestão dos Planos de Saúde, na procura da melhoria constante dos planos de suplementação e o encontro de uma solução definitiva para a questão do plano de saúde para os

aposentados, lembrando que nossa mobilização será o instrumento de convencimento a ser utilizado nas negociações.

191. O Sindicato deve incentivar a sindicalização dos aposentados metroviários, estimulando sua participação no cotidiano da categoria,

inclusive com formação de grupos para acompanhamento das ações do Metrô, e na gestão do sindicato, para ocupar a Diretoria do Aposentado.

192. Lembre: se queremos chegar à aposentadoria com dignidade e qualidade de vida, temos que começar a semear agora.

Processo Eleitoral do Sindicato

193. O processo eleitoral do Sindicato é precedido da convenção cutista, onde todas as correntes de pensamentos no campo da CUT debatem com a categoria suas idéias e compõem proporcionalmente a chapa

cutista que irá disputar a eleição.

194. No movimento sindical, os metroviários são uma das raras categorias que instituiu este modelo de escolha dos dirigentes para direção de um dos mais importantes sindicatos

do país, permitindo amplo processo democrático, sendo referência nacional.

195. Nosso Sindicato deve permanecer nesta linha de atuação, pois este espírito

democrático é que sempre garantiu a democracia em nossa entidade que, adicionada a uma orientação política e de luta corretas, garantiram as vitórias da categoria nestes 25 anos de vida do Sindicato.

Dia do Metroviário

196. Em virtude de estar em tramitação e já ter sido aprovado em duas comissões da Câmara dos Deputados, o projeto de lei de autoria do

Dep. Jamil Murad (PC do B), que institui o dia 26 de outubro como o Dia Nacional dos Metroviários, o Sindicato e a Fenametro devem

estabelecer uma programação dentro das comemorações dos 25 anos do Sindicato em São Paulo e no Rio de Janeiro, para divulgar este dia e

comemorar o reconhecimento oficial da nossa categoria profissional, que se concretizou no dia 26 de outubro de 1979.

Movimentos Sociais

197. Hoje, as grandes bandeiras estão sendo defendidas pelos movimentos sociais, conseguido aglutinar um grande contingente de pessoas, de diversos segmentos da sociedade.

198. O MST, CONTAG, MSTT, na luta pela terra e pela moradia, são os mais conhecidos. Suas presenças marcantes em atos, protestos e ocupações no campo e nas cidades, são tratadas pelos poderes constituídos como atos criminosos, sendo condenados pelo judiciário e

perseguidos e presos pelo estado, que sabemos é burguês e latifundiário.

199. Porém, o surgimento da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), aglutinando diversos setores da sociedade, inclusive o MST, CONTAG, MSTT, centrais sindicais, federações de trabalhadores, sindicatos, deu uma qualidade muito grande às manifestações de resistência em nosso país.

200. A tentativa de sacar do poder

central o presidente Lula, eleito pela grande maioria da população mais carente, e substituí-lo por um representante da oligarquia brasileira, não encontrou eco em virtude da mobilização nacional, organizada pela CMS, que deu uma demonstração clara de que não reconhecemos os tucanos e pefelistas como defensores da moral, da ética e da honestidade no país, que a apuração das denúncias de corrupção e desvios de dinheiro público, inclusive nos governos

Collor e FHC, deveriam ser apurados rigorosamente e os culpados punidos exemplarmente, mas que não toleraríamos nenhuma tentativa de golpe burguês.

201. O Sindicato e os metroviários devem participar ativamente das mobilizações nacionais ou regionais, que visem organizar a sociedade contra toda e qualquer forma de divisão do proletariado, que ataque os avanços conquistados pela sociedade e que lute por avanços e novas conquistas.

Práticas Anti-sindicais

202. Com a ofensiva neoliberal, o ataque às instituições sindicais tem sido uma prática por parte dos patrões e até mesmo uma política de RH das grandes corporações.

203. O objetivo de punir com advertências, suspensões, transferências arbitrárias e até mesmo demissões, tem em seu cerne a intenção de reprimir as

organizações dos trabalhadores, contando com a morosidade do judiciário, que demora anos para julgar os processos.

204. O Metrô tem se utilizado desta prática condenável, mantendo até hoje a demissão do diretor Alex, não cedendo inclusive ao julgamento favorável em segunda instância e mantendo a intransigência de aguardar o pronunciamento final da justiça.

205. Como não bastasse, não dá mostras de recuar na política de intimidar a entidade sindical, como também pressionar a categoria. O exemplo disso foi a demissão do presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, e dos diretores do Sindicato, Almir, Altino e Ciro, durante a luta pela manutenção da escala 4x2x4. O processo foi revertido graças a uma forte reação da categoria

que obrigou a empresa a atender as reivindicações e reverter as demissões.

206. Além de estarmos sempre preparados para combatermos este tipo de prática anti-sindical, precisamos garantir na reforma sindical o respeito e autonomia sindicais, com direito de organização e manifestação dos trabalhadores na defesa de seus direitos.